

EURO-LETTER

A *Euro-letter* é publicada pela **ILGA-Europa** – a estrutura regional europeia da Associação Internacional Lésbica e Gay, com o apoio da Comunidade Europeia – A União Europeia contra a Discriminação.

Editor: Juris Lavrikovs

Para nos contactar: euroletter@ilga-europe.org

Para receber a *Euro-Letter* [em inglês]: Basta enviar uma mensagem sem conteúdo para euroletter-subscribe@yahoogroups.com

Números anteriores: Todas as *Euro-Letter* em inglês, bem como as traduções em alemão e português a partir do n.º 76 (Janeiro de 2000), e em grego a partir do n.º 127 (Janeiro de 2006), estão disponíveis, em formato *pdf*, no nosso *website*, www.ilga-europe.org/europe/publications/euro_letter

A ILGA-Europa agradece:

- à **Frente de Libertação Lésbica e Gay** as traduções alemãs da Euro-Letter, que estão igualmente disponíveis no *website* da organização: www.lglf.de;
- a **Miguel Freitas** – pelas traduções para português
- a **Pantelis Ravidas** – pelas traduções para o grego

A informação contida nesta publicação não reflecte necessariamente a posição ou opiniões da Comissão Europeia.



2007 — European Year of Equal Opportunities for All

Nesta edição:

ILGA-Europa:

- ILGA-Europa convida todos os seus membros a discutir o novo Plano Estratégico 2008-2011
- ILGA-Europa lança directiva sombra para alargamento da protecção contra a discriminação fundada na orientação sexual
- Visita de estudo de defensores dos direitos humanos à EU
- Oferta de trabalho na ILGA-Europa: assistente para a área de programas e de planeamento

Europa:

- Apelo à acção: Insista junto do seu eurodeputado para que assine a Declaração Escrita sobre o assédio homofóbico
- Apelo da ILGA-Europa para que os seus membros procurem dar visibilidade às questões LGBT através do Camião da CE
- ONG do sector social comentam Declaração de Berlim: Não é suficiente para mobilizar os cidadãos
- Eurodeputados interessados em investigar legislação anti-gay polaca
- Organizações LGBT eslovenas vencem acção contra o Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais

Famílias de pessoas do mesmo sexo:

- Suécia: Casamento de pessoas do mesmo sexo possível a partir de 1 de Janeiro de 2008?
- Ministra checa quer lançar o debate sobre a adopção de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo

Transsexualidade:

- Espanha aprova legislação que facilita a mudança do nome e do sexo de transsexuais
- Malta: Tribunal suspende publicação de banhos

Breves:

- *LGBT-included*
- Imagine um mundo sem discriminação: UE lança Concurso Europeu de Fotografia «Pela Diversidade»

ILGA-EUROPA:

ILGA-Europa convida todos os seus membros a discutir o novo Plano Estratégico 2008-2011

Por Patricia Prendiville

Na sequência da promessa feita na última conferência anual da ILGA-Europa, que decorreu em Sofia, todos os membros da ILGA-Europa são agora convidados a tomar parte activa no processo de consulta relativo ao próximo Plano Estratégico 2008-2011, da organização. Preparamos um questionário – poderá parecer comprido, mas tem apenas 3 partes! O texto dos actuais objectivos estratégicos, estratégias, visão e missão segue em anexo para facilitar a vossa análise.

O quadro cronológico das etapas do processo é reproduzido em baixo, e aguardamos com expectativa pelas vossas reflexões, opiniões e sugestões.

Gostaríamos de receber contributos do maior número possível de vós, e de encontrar alguns de vós na reunião do dia 7 de Julho de 2007.

O Plano Estratégico 2008-2011 deverá ser aprovado em Vilnius, em Outubro de 2007, e por isso é este o momento adequado para nos reunirmos e discutirmos.

Datas importantes a reter:

Recolha de comentários e sugestões juntos dos membros	Março a 10 de Abril de 2007
É preparado um primeiro documento de trabalho a circular pelos membros, Direcção e equipa de funcionários	18 de Junho de 2008
Reunião aberta para discutir o Plano Estratégico	7 de Julho de 2007
Comentários sobre o primeiro documento de trabalho até finais de Julho de 2007 Segundo rascunho do plano distribuído durante o segundo <i>mailing</i>	Agosto de 2007
Recepção de comentários e sugestões relativos ao plano	9 de Setembro de 2007
Terceiro rascunho é distribuído antes da conferência	Princípios de Outubro de 2007
Apresentação e aprovação na Conferência	28 de Outubro de 2007

Por favor, enviem-nos as vossas respostas o mais cedo possível, mas o mais tardar até de 10 de Abril de 2007 para patricia@ilga-europe.org.

Com os nossos agradecimentos pelo tempo que vos tomamos!

ILGA-Europa lança directiva sombra para alargamento da protecção contra a discriminação fundada na orientação sexual

Comunicado de imprensa da ILGA-Europa, 7 de Março de 2007

No dia 7 de Março, no Parlamento Europeu, a ILGA-Europa, em colaboração com o Intergrupo do Parlamento Europeu para os Direitos de Gays e Lésbicas, lançou uma Directiva Sombra sobre a Igualdade de Tratamento independentemente da Orientação Sexual, que visa alargar a protecção contra a discriminação fundada na orientação sexual a outras áreas, para além do emprego, tal como as da protecção social, das regalias sociais, da educação, do acesso a bens e serviços, e da habitação.

Actualmente, na União Europeia, a discriminação fundada na orientação sexual só é proibida no domínio do emprego. A discriminação sexual e racial é proibida não apenas no domínio do emprego mas igualmente em outras áreas. A Directiva Sombra visa contribuir para o alargamento das protecções contra a discriminação fundada no sexo e na raça à discriminação fundada na orientação sexual.

O Professor Mark Bell, autor da Directiva Sombra, apresentou o documento e explicou as razões que justificaram a sua elaboração e os seus objectivos. A Directiva Sombra promove a inclusão social, combate a discriminação múltipla, harmoniza o quadro legal em matéria de legislação contra a discriminação na UE e estabelece uma fasquia mínima que tem de ser respeitada, a nível europeu, pelas diversas legislações nacionais.

Belinda Pyke, Directora da unidade da Comissão Europeia que trata das questões relacionadas com a igualdade e a discriminação, apresentou a resposta da Comissão a este documento, sublinhando dois aspectos concretos: a Comissão já completou o seu esforço de identificação da legislação contra a discriminação em vigor nos diferentes Estados-Membros e está actualmente a avaliar o impacto de uma eventual proposta legislativa, incluindo em relação às implicações financeiras e legais decorrentes do alargamento da protecção contra a discriminação fundada na orientação sexual a outras áreas para além do domínio do emprego.

O Professor Olivier de Schutter sublinhou os desafios previsíveis decorrentes da adopção de uma nova Directiva contra a discriminação. Em especial, ele referiu a necessidade de encontrar uma abordagem equilibrada entre a protecção das pessoas contra a discriminação fundada na orientação sexual e o respeito pela liberdade de religião e de crença.

Patricia Prendiville, Directora Executiva da ILGA-Europa, afirmou: «Trata-se de uma iniciativa muito importante, dirigida a alcançar um dos nossos principais objectivos para este ano, que é o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos – harmonização da legislação contra a discriminação na UE e a adopção de um nível de protecção contra a discriminação fundada na orientação sexual idêntico ao que já existe relativamente à discriminação fundada no sexo e na raça».

«Cremos que existe vontade e determinação, no seio das instituições europeias, para alargar a legislação contra a discriminação e encorajamos a Comissão a assumir a liderança política nesta matéria».

O texto da Directiva-Sombra da ILGA-Europa está disponível no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/news/ilga_europe_launched_shadow_directive_for_further_protection_against_sexual_orientation_discrimination

Visita de estudo de defensores dos direitos humanos à UE

Por Maxim Anmeghichean, Director de Programas

Treze activistas LGBT europeus oriundos de dez países participaram numa visita de estudo às instituições da União Europeia organizada pela ILGA-Europa nos dias 5 a 7 de Maio deste ano. O primeiro dia da visita envolveu a preparação para reuniões com responsáveis da UE, sob a forma de sessões de formação e de exercícios de simulação interactiva. E logo na noite do primeiro dia realizou-se uma reunião de alto nível entre o Comissário responsável pelas questões do Alargamento, Olli Rehn, e activistas da Macedónia, Croácia, Turquia e Finlândia. O Comissário prometeu manter-se atento aos desenvolvimentos em matéria de direitos humanos das pessoas LGBT nos países candidatos à adesão e na Turquia, e a acompanhar especificamente a implementação, a nível nacional, da legislação da UE no domínio da luta contra a discriminação.

O programa incluiu reuniões com responsáveis da Comissão Europeia e com eurodeputados. Para além disso, o programa incluiu ainda a participação em eventos tais como uma acção de formação, pelo Professor Mark Bell, sobre estratégias de litigação em matéria de questões LGBT no contexto da UE e do Conselho da Europa, a apresentação no Parlamento Europeu, pela ILGA-Europa, de uma Directiva Sombra sobre a Igualdade de Tratamento, independentemente da Orientação Sexual para além do Domínio do Emprego, um almoço com a vice-presidente do Intergrupo LGBT, Sra. Sophie Int'Veld, onde se discutiu a liberdade de reunião, e uma reunião com eurodeputados a propósito do processo de alargamento da UE.

«Foi uma experiência completamente nova para nós», afirmou o Presidente da associação macedónia MASSO, Kocho Andonovski. «Participamos em algumas reuniões de alto nível, todos os responsáveis com quem os encontramos mostraram-se disponíveis, foram assumidos vários compromissos. Agora temos a sensação que a UE está a apoiar-nos nos nossos esforços para promover a adopção de legislação contra a discriminação abrangente na Macedónia. Temos muito trabalho a fazer na sequência desta visita!».

Esta visita de estudo foi possível devido ao apoio da Comissão Europeia, do *Open Society Institute* e do *Sigrud Rausing Trust*.

Oferta de trabalho na ILGA-Europa: assistente para a área de programas e de planeamento

Pela ILGA-Europe

O funcionário será responsável pela coordenação de projectos de desenvolvimento de competências/promoção e defesa de direitos a nível regional e pan-europeu, organização de eventos e realização de actividades de planificação e de investigação destinadas a apoiar o trabalho da ILGA-Europa, bem como por alcançar os objectivos definidos nos programas de trabalho e os demais acordados para o seu trabalho. O anúncio completo e os formulários de candidatura estão disponíveis no nosso *website*: www.ilga-europe.org/europe/about_us/job_opportunity.

EUROPA:

Apelo à acção: Insista junto do seu eurodeputado para que assinhe a Declaração Escrita sobre o assédio homofóbico

Pela ILGA-Europa

A ILGA-Europa exorta todos os seus membros e apoiantes na UE a solicitarem aos deputados ao Parlamento Europeu que assinem uma declaração escrita sobre o combate ao assédio homofóbico nas escolas. Esta declaração, que condena de forma inequívoca o assédio homofóbico, exige a adopção de medidas específicas, incluindo a nível nacional, e constituiria um importante avanço no sentido do empenhamento da União Europeia no combate à discriminação no domínio da educação. Ela poderia abrir oportunidades para todos nós neste domínio.

A declaração, que foi preparada em colaboração estreita com a IGLYO e com a ILGA-Europa, foi tornada pública em Estrasburgo, em 14 de Fevereiro de 2007, pelo eurodeputado John Bowis e pelo Intergrupo LGBT do Parlamento, durante uma reunião conjunta do Intergrupo do Parlamento Europeu para os Direitos de Gays e Lésbicas e do Grupo de Coordenação dos Sindicatos. A ILGA-Europa e a IGLYO tiveram um papel activo na reunião. A declaração está disponível em todas as línguas da UE no *website* da IGLYO, em: <http://www.iglyo.com/content/activities/EPdeclaration.html>.

Como é que pode ajudar?

A declaração só será adoptada pelo Parlamento Europeu se for subscrita por 393 eurodeputados até 30 de Abril de 2007 (a 25 de Março, a declaração contava já com 147 assinaturas). Com vista a arregimentar os eurodeputados para que subscrevam a declaração, pedimos a todos os nossos membros e apoiantes para contactarem com os eurodeputados para os encorajar a assinarem a declaração. O modelo de carta e o folheto contendo os «Factos sobre o assédio homossexual nas escolas» está disponível no nosso *website*, em http://www.ilga-europe.org/europe/news/call_for_action_let_s_stump_out_homophobic_bullying_in_europe.

Se tiver quaisquer dúvidas, não hesite em contactar Evelyne Paradis, assistente da ILGA-Europa para a área do planeamento: evelyne@ilga-europe.org.

Apelo da ILGA-Europa para que os seus membros procurem dar visibilidade às questões LGBT através do Camião da CE

Por Evelyne Paradis

É possível que já tenham ouvido falar da «Volta» do Camião da Comissão Europeia: o enorme camião amarelo que tem viajado pela UE nos últimos anos, com o objectivo de sensibilizar as pessoas para as questões da igualdade e da não-discriminação.

O camião vai viajar novamente pela Europa, e em alguns lugares isso poderá proporcionar uma boa ocasião para dar maior visibilidade às vossas organizações e às questões relativas a LGBT. Sendo assim, gostaríamos de os encorajar a contactar a *Media Consulta* para discutir a melhor forma de disponibilizar documentação sobre as questões LGBT, incluindo documentação elaborada pelas vossas organizações, no camião. É uma iniciativa simples e que não lhes roubará muito tempo.

Creemos que deveriam chamar a atenção para a importância de conferir uma boa visibilidade às questões relativas a LGBT nos eventos que serão organizados nas diferentes cidades. Sabemos que, no passado, as organizações LGBT locais foram convidadas a participar nas paragens do camião em algumas cidades, portanto isso deverá ser possível!

A pessoa a contactar na *Media Consulta* é Yasmin Love (y.love@media-consulta.com).

Por isso, aqui ficam as datas para a próxima Volta... Pensem nesta possibilidade em conjugação com a realização de uma Marcha do Orgulho ou outro evento LGBT!

Datas da deslocação do Camião:

01.05	Munique, Alemanha
07.05	Graz, Áustria
09.05	Maribor, Eslovénia
18.05	Riga, Letónia
22.05	Tartu, Estónia
25.05	Vilnius, Lituânia
31.05	Szeged, Hungria
04.06	Sofia, Bulgária
16.06	Valetta, Malta
21.06	Genova, Itália
30.06	Madrid, Espanha
04.07	Sevilha, Espanha
13.07	Lisboa, Portugal
20.07	Luxemburgo
24 e 25/07	Liverpool, Reino Unido
04.08	Bratislava, Eslováquia
08.08	Budapeste, Hungria
15.08	Copenhaga, Dinamarca
17.08	Aalborg, Dinamarca

ONG do sector social comentam Declaração de Berlim: Não é suficiente para mobilizar os cidadãos

Fonte: Comunicado de imprensa da Social Platform, 26 de Março de 2007

A *Social Platform* está desapontada com a declaração de Berlim, comemorativa do 50.º Aniversário. Na declaração nota-se não apenas a ausência de uma referência a uma estratégia comum que permita enfrentar os desafios que a União enfrenta, como uma alusão expressa a uma dimensão social que permita empenhar os cidadãos europeus no futuro da Europa.

«Os europeus querem saber que os seus líderes estão plenamente empenhados em encontrar um caminho para enfrentar em conjunto os desafios do século XXI: uma economia globalizada, alterações demográficas e sociais e o aquecimento global. A declaração é apenas uma lista de políticas que foram misturadas sem qualquer verdadeiro fio condutor», disse Anne-Sophie Parent, comentando a declaração de Berlim que ontem foi subscrita na Alemanha.

As ONG do sector social sentem que a Presidência alemã poderia ter feito melhor quer no que respeita à abordagem, quer no que tange ao conteúdo da declaração. O texto foi preparado à porta fechada por um grupo de conselheiros e diplomatas. O documento nem sequer foi assinado pelos Chefes de Governo dos Estados-Membros, que foram apenas convidados para assistir à cerimónia. Será esse o melhor método? «Mais abertura à, e envolvimento da, sociedade civil teria claramente ajudado a elevar o nível de ambição desta declaração, pois teria aumentado a pressão sobre os Estados-Membros mais relutantes», comenta a presidente da *Social Platform*.

O texto final não refere algumas questões sociais importantes. «No cerne está, para nós, a pessoa humana», afirma a declaração – mas ao mesmo tempo, **não é feita uma única referência aos milhões de europeus que vivem na pobreza, que estão desempregados ou são que são vítimas de discriminação**. 2007 é o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades e isto deveria ter sido uma das principais fontes de inspiração da declaração de Berlim. A este propósito há que referir que é igualmente inaceitável para as ONG do sector social que a luta contra a imigração ilegal seja mencionada na mesma frase em que se alude à luta contra o terrorismo e o crime organizado. «Acordos justos em matéria comercial e a solidariedade internacional são as únicas soluções para o problema da imigração ilegal, não a polícia ou as Forças Armadas!»

«Para obter o apoio dos cidadãos europeus é preciso mais do que um texto sem coração, é preciso uma visão comum», conclui Anne-Sophie Parent. «Se se ler a declaração de Messina que criou o ímpeto para a assinatura do Tratado de Roma, a visão e o plano estavam aí claramente definidos. Aqui temos uma lista de políticas, sem qualquer visão e sem qualquer plano, apenas uma recordação de que é preciso fazer alguma coisa para tirar a UE do impasse em que se encontra até 2009».

Pode também consultar o comunicado de imprensa da ILGA-Europa sobre a Declaração de Berlim em: www.ilga-europe.org/europe/media/berlin_declaration_needs_to_reaffirm_european_values_of_equality_and_human_rights.

Eurodeputados interessados em investigar legislação anti-gay polaca

Fonte: EUobserver, 21 de Março de 2007, <http://euobserver.com/?aid=23746>

O Parlamento Europeu está empenhado em investigar a legalidade de um projecto de lei que visa restringir a análise das questões relativas à homossexualidade nas escolas polacas, se tal projecto vier a ser formalmente apresentado ao Parlamento. Mas uma importante ONG já manifestou a sua preocupação a propósito da situação em matéria de liberdade cívicas na Polónia.

Varsóvia pretende proibir quaisquer discussões sobre a homossexualidade nas escolas e nas instituições de ensino em todo este país, profundamente católico romano ortodoxo, punindo os professores que violem a lei com o despedimento, a aplicação de multas ou mesmo a prisão. Professores que se assumissem publicamente como homossexuais poderiam igualmente perder os seus empregos.

A Comissão das Liberdades Cívicas do Parlamento Europeu apreciou o projecto polaco na terça-feira (20 de Março) e decidiu realizar uma investigação sobre a compatibilidade desse tipo de legislação com as normas comunitárias se o projecto vier a ser oficialmente apresentado à câmara baixa do parlamento polaco.

«A perturbadora proposta de proibir a discussão em torno da homossexualidade levanta profundas dúvidas sobre o empenho na defesa dos direitos fundamentais na Polónia», afirmou a eurodeputada verde holandesa Kathalijne Buitenweg num comunicado distribuído após a reunião.

«É chocante que um Governo de um país europeu moderno possa sequer considerar a adopção de legislação tão draconiana. A promoção do ódio contra os homossexuais constitui a antítese da legislação contra a discriminação da UE, e o Governo polaco tem de rejeitar publicamente este tipo de iniciativas», acrescentou ela.

A Comissão pretende que os serviços jurídicos do Parlamento analisem o projecto polaco sob duas perspectivas, em primeiro lugar para determinar se ele é compatível com a legislação europeia contra a discriminação e, em segundo lugar, para verificar se ele respeita as normas comunitárias em matéria de liberdade de expressão.

A Sra. Buitenweg e outros eurodeputados estão igualmente a preparar questões para colocar oralmente à Comissão Europeia e à Presidência alemã no decurso da sessão plenária de 10 e 11 de Abril, em Estrasburgo.

O Ministro da Educação polaco, Roman Giertych – líder da Liga das Famílias Polacas, que apresentou a proposta – afirmou na semana passada que as medidas visariam «proibir a promoção da homossexualidade e de outras condutas desviantes».

Organizações LGBT eslovenas vencem acção contra o Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais

Fonte: Comunicado de imprensa da LEGEBITRA, 22 de Março de 2007

A associação *Društvo informacijski center LEGEBITRA*, que vem desenvolvendo programas contra a discriminação fundada na orientação sexual, foi notificada, em finais de Fevereiro de 2007, da decisão de um Tribunal Administrativo da República da Eslovénia que julgou procedente uma acção intentada contra o Ministério do Trabalho, da Família e dos Assuntos Sociais (Ministério). Na sequência da decisão do Tribunal, o Ministério deveria rever a decisão objecto de impugnação até 7 de Julho de 2007. Assim, a associação recebeu hoje um ofício onde se afirma que o Ministério irá cumprir a decisão judicial e, conseqüentemente, co-financiar o programa «Centro de Informação LEGEBITRA – Aconselhamento e Auto-Ajuda», com um montante de € 2 175. Com esta decisão são também revogadas as decisões do Ministério que, em 2006, recusaram esse co-financiamento aos programas da LEGEBITRA.

Nos inícios de Junho de 2006 o Ministério recusou o pedido de financiamento de um programa de 12 meses, dirigido a jovens, apresentado pela *Društvo informacijski center LEGEBITRA*. O Ministério rejeitou o pedido, que já tinha sido favoravelmente apreciado e deferido em anos anteriores, argumentando que «ŠKUC (isto é, outra organização não governamental) já tinha recebido apoios considerável do programa europeu EQUAL para desenvolver projectos contra a discriminação fundada na orientação sexual». A LEGEBITRA impugnou esta decisão, sem sucesso. No seu comunicado de imprensa, o Ministério insistiu que os meios tinham sido distribuídos de forma justa, e considerou os argumentos da LEGEBITRA infundados. Após quatro meses de diálogo infrutífero com o Ministério, a associação viu-se obrigada a intentar uma acção junto dos tribunais administrativos da Eslovénia. Com esta decisão a situação da LEGEBITRA ganhou destaque internacional como exemplo de uma situação de desigualdade de tratamento de ONG, tendo sido referida pelos *media* estrangeiros e sido suscitada no Parlamento Europeu.

Na sua decisão de 20 de Março de 2007, o Ministério considera: «O argumento invocado pela queixosa, de que a *Društvo informacijski center LEGEBITRA* é uma entidade legal independente, que não está de nenhuma maneira, formal ou legalmente, ligada à ŠKUC, é procedente, e por essa razão os apoios que a ŠKUC recebeu, no âmbito do programa europeu EQUAL, para lutar contra a discriminação fundada na orientação sexual, não podem ser considerados para rejeitar o requerimento da queixosa».

Na *Društvo informacijski center LEGEBITRA* estamos muitos satisfeitos com a decisão do Tribunal e vemo-la como um importante passo no sentido da consolidação de um Estado de Direito. Seria inaceitável que os ministérios pudessem desenvolver critérios adicionais no âmbito da candidatura a fundos públicos, para além dos termos e condições inicialmente fixados, e dessa forma impedir o trabalho das organizações não governamentais.

FAMÍLIAS DE PESSOAS DO MESMO SEXO:

Suécia: Casamento de pessoas do mesmo sexo possível a partir de 1 de Janeiro de 2008?

Fonte: Relatório de Hans Ytterberg, Provedor de Justiça contra a Discriminação fundada na Orientação Sexual, Estocolmo, <http://www.homo.se>

O Comissário *ad hoc* nomeado para analisar a possibilidade de permitir aos casais de pessoas do mesmo sexo o acesso ao casamento apresentou o seu relatório ao Ministro da Justiça no dia 21 de Março de 2007. O relatório inclui um projecto de proposta de lei destinado a introduzir as alterações necessárias ao direito matrimonial sueco, tornando-o neutro no tocante ao sexo dos cônjuges. No seu relatório, o Comissário propõe ainda a revogação da legislação sueca sobre uniões registadas. As uniões registadas que não tenham sido dissolvidas à data da entrada em vigor da nova legislação matrimonial poderiam produzir efeitos como casamentos.

Os representantes das comunidades religiosas teriam legalmente a possibilidade, mas não a obrigação, de celebrar casamentos, independentemente do sexo dos futuros cônjuges. As alterações propostas entrariam em vigor no dia 1 de Janeiro de 2008.

O Ministro da Justiça anunciou que o relatório irá agora ser sujeito ao habitual processo de consultas antes de o Governo tomar uma decisão sobre se irá ou não apresentar ao Parlamento uma proposta de lei com vista à implementação das alterações agora sugeridas.

O relatório inclui um sumário em inglês e está disponível aqui:

<http://www.regeringen.se/content/1/c6/07/90/62/e8a5bc51.pdf>.

Ministra checa quer lançar o debate sobre a adopção de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo

Fonte: Prague Daily Monitor, 27 de Fevereiro de 2007, www.praguemonitor.com/en/32/czech_national_news/2020/

D• amila Stehlíková, Ministra sem Pasta (do partido Os Verdes), afirmou ontem estar convencida de que este é o momento certo para lançar, na República Checa, o debate público em torno da questão da adopção de crianças por casais de pessoas do mesmo sexo. Numa entrevista *online* na *Novinky.cz*, ela afirmou que o debate deveria ser lançado também porque muitas crianças do país estão a crescer em instituições. «Todas as crianças têm o direito ao amor e carinho dos pais», disse Stehlikova.

Os casais de pessoas do mesmo sexo podem registar as suas uniões desde Julho passado. Um total de 235 casais fez uso dessa faculdade até ao fim de 2006. A lei define o regime de bens, por exemplo, mas não abrange as adopções de crianças.

O partido minoritário da coligação governamental, Cristão Democrata (KDU-CSL), manifestou-se sempre contra as uniões registadas. Entre os Social-Democratas (CSSD), os Democratas Cívicos (ODS) e os Comunistas (KSCM) existem tanto opositores como apoiantes. Os críticos da nova legislação, incluindo as organizações religiosas, afirmam temer que o esforço com vista a tornar possível a adopção de crianças constitua o próximo passo do «lobby homossexual»

Michaela Sojdrová, do KDU-CSL, presidente do grupo parlamentar do partido, afirmou que crescer junto de pais adoptivos do mesmo sexo não é de forma alguma favorável ao desenvolvimento das crianças. «Eles iriam adquirir uma visão deformada, pouco saudável e não natural da família e dos seus membros constitutivos», afirmou ela à *CTK*. Sojdrová disse que os interesses e o bem-estar das crianças constitui a prioridade, não o sentimento dos adultos de que poderão proporcionar um ambiente harmonioso e seguro à criança.

A República Checa tem um dos mais altos índices de crianças sujeitas a medidas de acolhimento. Cerca de 7 500 crianças vivem em casas de acolhimento e mais de 1 500 vivem em instituições para crianças com menos de 3 anos de idade. Mais de 10 000 crianças permanecem em instituições de assistência social. De acordo com um estudo britânico, 60 em cada 10 000 crianças encontram-se sujeitas a medidas de acolhimento na República Checa; já na Eslovénia e na Islândia não existe nenhuma criança nessas condições, no Reino Unido existe uma e, na Noruega, esse número é de duas crianças.

TRANSSEXUALIDADE:

Espanha aprova legislação que facilita a mudança do nome e do sexo de transsexuais

Fonte: 3 de Março de 2007, www.eitb24.com/new/en/B24_37351/life/OPPOSED-BY-POPULAR-PARTY-Spain-passes-transsexualsname-and/

O Parlamento espanhol aprovou um diploma que permitirá aos transsexuais alterar o seu nome e sexo nos documentos oficiais sem necessidade de se submeterem previamente a qualquer cirurgia. O diploma, que tinha sido aprovado na câmara baixa do parlamento do país no início desta semana, foi rejeitado pelo Partido Popular, conservador, actualmente na oposição.

O novo diploma exige, para que as alterações nos documentos oficiais sejam admissíveis, que os transsexuais apresentem um atestado médico no qual se confirme que se trata de um caso clinicamente comprovado de disfunção de género e que a pessoa em causa se sujeitou a tratamento adequado por um período de dois anos.

Até agora, os transsexuais espanhóis só podiam alterar o seu nome e sexo oficialmente depois de se submeterem a cirurgia de mudança de sexo e após recurso aos tribunais.

Pedro Zerolo, porta-voz para as questões sociais do partido socialista no poder, e Carla Antonelli, que representa os interesses de gays e lésbicas no partido, afirmaram: «Espanha colocou-se numa posição cimeira na Europa, como líder em matéria de direitos dos transsexuais». Zerolo disse que a lei colocava o ordenamento jurídico espanhol a par de países como o Reino Unido, cujo *Gender Recognition Act* também eliminou, em 2004, as restrições a que estavam sujeitos os transsexuais.

A nova lei, destinada a eliminar as barreiras sociais a que se encontram sujeitos os transsexuais, é a última de uma série de leis destinadas a promover uma maior igualdade social em Espanha desde que o Governo socialista subiu ao poder em Março de 2004. Em 2005, os casamentos de pessoas do mesmo sexo foram aprovados pelo Parlamento deste país, que anteriormente era profundamente católico e conservador.

Malta: Tribunal suspende publicação de banhos

Por Claudia Calleja, *Tomes of Malta*, 8 de Março de 2007, www.timesofmalta.com/core/article.php?id=254421

O processo prévio de publicação de banhos com vista ao casamento de um transsexual que nasceu como homem mas foi legalmente considerado mulher após a sua sujeição a cirurgia de mudança do sexo, não pode prosseguir durante os próximos 40, decidiu um Tribunal.

O Juiz Joseph R. Micallef tomou a decisão no âmbito de uma acção instaurada pelo Director dos Serviços de Registo Civil, que requereu a revogação de uma decisão judicial anterior em que se ordenava a publicação dos banhos, anunciando o casamento da transsexual e do seu companheiro masculino.

Ao determinar a suspensão da publicação dos banhos por 40 dias, o juiz considerou que esta era a melhor forma de assegurar que os interesses de ambas as partes envolvidas no caso não seriam postos em causa.

No dia 12 de Fevereiro, o juiz Gino Camilleri ordenou ao Director dos Serviços do Registo Civil que procedesse à publicação de banhos anunciando a intenção da transsexual de contrair matrimónio, depois de concluir que a união entre a transsexual, agora do sexo feminino, e o seu companheiro masculino, não violava qualquer disposição da legislação matrimonial.

Uma semana depois, em 28 de Fevereiro, o Director dos Serviços de Registo Civil, na sua qualidade de Conservador de Casamentos, apresentou um requerimento pedindo a revogação da decisão judicial que permitia a publicação dos banhos.

No seu requerimento o Director argumenta que a alteração do assento de nascimento da transsexual, permitindo a alteração do nome e do sexo constantes do mesmo, se destinava apenas a proteger a privacidade da pessoa e a evitar-lhe embaraços.

Essa alteração, afirma o Director, não deveria significar que a pessoa é considerada uma mulher para efeitos de casamento, uma vez que a cirurgia tinha efeitos puramente cosméticos e, portanto, a pessoa em questão continuava a ser essencialmente um homem.

Na semana passada o Director apresentou um requerimento urgente no qual referia que no dia 1 de Março os advogados da transsexual se tinham apresentado nos serviços de Registo Civil e insistido, através de um requerimento formal, para que fosse designada uma data para uma reunião durante a qual a sua cliente pudesse requerer a publicação dos banhos. Os serviços tinham-se visto assim obrigados a fixar a data de 7 de Março para a realização de tal reunião.

No seu requerimento urgente, o Director defendeu que, se fosse forçado a proceder à publicação dos banhos, os pedidos que formulou no seu requerimento de 28 de Fevereiro (pedindo a revogação da decisão que autorizava a publicação dos banhos) ficariam «irremediavelmente prejudicados».

Daí que tenha apresentado um requerimento urgente, pedindo ao Tribunal que o autorize a não proceder à publicação dos banhos até que o seu requerimento se mostre decidido.

O juiz Micallef deferiu o requerimento, por lhe parecer prudente não fazer nada que pudesse prejudicar a situação de qualquer das partes até que o requerimento inicial seja objecto de decisão.

BREVES:

LGBT-included - www.lgbt-included.eu

LGBT-included constitui uma plataforma destinada a facilitar a colaboração entre profissionais e activistas que desenvolvem a sua actividade contra a discriminação fundada na orientação sexual e na identidade de género na Europa. Ela visa ligar diferentes participantes envolvidos quer na formulação de políticas quer na implementação de projectos, e proporcionar-lhes informação relevante sobre a cooperação no âmbito de projectos transnacionais. Ela oferecerá apoio através do alojamento de fóruns de acesso público ou restrito.

A plataforma constitui uma iniciativa da *COC Netherlands*, *ILGA-Europa* e *Empowerment Lifestyle Services*. É patrocinada pelo Ministério holandês da Saúde, da Segurança Social e do Desporto.

Imagine um mundo sem discriminação: UE lança Concurso Europeu de Fotografia «Pela Diversidade»

Fonte: Comissão Europeia

Os estudantes de fotografia de toda a União Europeia são convidados a criar um testemunho fotográfico sobre a diversidade bem como a exibir o seu trabalho por toda a Europa participando no concurso europeu de fotografia 2007 «Quebrar os Estereótipos».

O concurso decorre entre 1 de Março e 30 de Junho de 2007 e faz parte da Campanha Europeia «Pela Diversidade. Contra a Discriminação» no âmbito no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Um prémio total de € 9 000 será dividido entre os primeiro, segundo e terceiro classificados, bem como pela universidade ou faculdade a que pertencer o vencedor. O trabalho vencedor será impresso em folhetos destinados a promover a mensagem «Pela diversidade. Contra a discriminação» em toda a UE.

Vladimir Špidla, Comissário Europeu do Emprego, Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades, afirmou, a propósito do concurso: «É vital que continuemos a lutar contra a discriminação na UE, e o Concurso de Fotografia «Quebrar os Estereótipos» é uma forma ideal para o fazer. Para além de promover os benefícios da diversidade, ele dá aos estudantes a possibilidade de demonstrarem os seus talentos perante uma larga e apreciadora plateia».

Os vencedores serão seleccionados em Agosto de 2007 de entre os 35 melhores trabalhos. Todos os 35 serão exibidos numa exposição itinerante que começará em Bruxelas e visitará a capital dos três vencedores. Será igualmente preparado um catálogo com as fotografias e com informação sobre os artistas que as criaram.

O concurso está aberto a estudantes inscritos, numa instituição de ensino nas áreas da arte e do design, em disciplinas como a fotografia, as belas artes e o design gráfico. Um júri pan-europeu constituído por fotógrafos, jovens designers e especialistas de renome no domínio das artes gráficas e da comunicação seleccionará os finalistas e os vencedores.

Posters, folhetos e dossiês de informação serão distribuídos nos estabelecimentos de ensino em Março, para promover o concurso. O concurso europeu de fotografia pela Diversidade será ainda apoiado por material de relações públicas e eventos dirigidos a jovens, bem como por um *website* especialmente desenvolvido para o efeito, onde será colocada regularmente informação actualizada.

Ligações: <http://www.stop-discrimination.info/>.http://ec.europa.eu/employment_social/eyeq/index.cfm?language=EN.

A presente versão portuguesa da edição em inglês do n.º 140 (Março de 2007) da Euro-Letter foi preparada com finalidade meramente informativa, não sendo o seu autor tradutor profissional. Assim, e embora tenham sido envidados todos os esforços para assegurar a fidelidade e correcção da tradução, esta não deve ser utilizada sem prévio confronto com a versão original do texto.

Todas as citações de documentos oficiais, designadamente de instituições europeias, que não contenham menção da respectiva fonte são da responsabilidade do tradutor, não dispensando, por isso mesmo, a consulta das respectivas versões autênticas, quando existam, ou com as versões originais, no caso contrário.

Abreviaturas comumente utilizadas no text: *UE* – União Europeia; *LGBT* – Lésbica(s), Gay(s), Bissexual(ais) e Transsexual(ais); *ONG* – Organização(ões) Não Governamental(ais);